



Revista da Universidade Vale do Rio Verde
ISSN: 1517-0276 / EISSN: 2236-5362
v. 17 | n. 1 | Ano 2019

Wellington Fernando da Silva Ferreira
Centro Universitário Campos de Andrade -
UNIANDRADE
wellingtonferreira42@gmail.com

Elia Machado de Oliveira
Universidade Estácio de Sá - ESTÁCIO
elia561@hotmail.com

BIOSSEGURANÇA EM RELAÇÃO A ADESÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

RESUMO

Milhões de trabalhadores a nível global morrem e/ou adoecem anualmente devido a enfermidades relacionadas ao trabalho, entretanto muitas dessas ocorrências poderiam ser evitadas, se houvesse a adequação dos profissionais as normas regulamentadoras NRs, uso dos equipamentos de proteção individual (EPI). Contudo, pretende como objetivo esta, identificar os fatores de resistência na utilização dos (EPI) na enfermagem e suas NRs. Metodologicamente optou-se a revisão bibliográfica de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, realizou-se a busca de estudos em periódicos nacionais publicados entre os anos 2004 e 2017, dessa forma, na última fase de seleção, realizada a leitura integral de todos os artigos, e amostra final constituída por dezesseis artigos completos. A vulnerabilidade da equipe de enfermagem nos conduz a refletir que a exposição ao risco biológico pode ser explicada, por formar um contingente mais numeroso da força de trabalho em saúde. O uso de EPI's aderido a todos os colaboradores da saúde envolvida na assistência direta a pacientes em instituições de saúde, independente da patologia, inicialmente suspeita ou diagnosticada, é um ato de própria proteção quanto a agentes infecciosos e biológicos. Em suma fatores de não adesão identificados foram: Hábito; Costume; Confiança; Falta de informação; Percepção; Interesse Indisponibilidade e inadequação, Pressa Falta de EPI no tamanho adequado; Incomodo para determinados procedimentos; entre outros. Para isto, vê-se como fundamental o enfermeiro com liderança em sua equipe para conscientizá-los da importância do seu uso de todos os EPI durante a atividade de trabalho, evitando que riscos sejam negligenciados por motivos diversos.

Palavras-chave: Equipamento de Proteção Individual (EPI). Riscos Ocupacionais. NRs. Enfermagem.

BIOSECURITY IN RELATION TO THE ACCESSION OF INDIVIDUAL PROTECTION EQUIPMENT

ABSTRACT

Millions of workers globally die and / or fall ill annually due to work-related illnesses, however many of these occurrences could be avoided, if the adequacy of the NRs regulations, use of personal protective equipment (PPE). However, it aims to identify resistance factors in the use of (EPI) in nursing and its NRs. Methodologically, we opted for the narrative revision of an exploratory character, with a qualitative approach, the search for studies in periodicals published between the years 2004 and 2017 was carried out, in this way, in the last selection phase, of all articles, and final sample consisting of sixteen complete articles.

The vulnerability of the nursing team leads us to reflect that exposure to biological risk can be explained by forming a larger contingent of the health workforce. The use of PPE adhered to all health workers involved in the direct care of patients in health care facilities, regardless of the pathology, initially suspected or diagnosed, is an act of their own protection against infectious and biological agents. In sum, the non-adherence factors identified were: Habita; Custom; Confidence; Lack of information; Perception; Interest Unavailability and inadequacy, Pressure Lack of PPE at the appropriate size; Incomodo to certain procedures; among others. For this, it is essential to have nurses with leadership in their team to make them aware of the importance of their use of all PPE during the work activity, avoiding that risks are neglected for different reasons.

Keywords: Personal Protective Equipment (PPE). Occupational Risks. NRs. Nursing.

Recebido em: 01/08/2018 - Aprovado em: 25/03/2019 - Disponibilizado em: 15/07/2019

1. INTRODUÇÃO

Milhões de trabalhadores a nível global morrem todo ano, devido a enfermidades relacionadas ao trabalho, 321 milhões de pessoas vão a óbito, por consequência de acidentes no trabalho, 160 milhões são acometidos por doenças não letais relacionadas ao trabalho, 317 milhões de acidentes laborais não mortais, estes dados expressivos foram computado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em seus últimos registros (VARANDAS, 2014; SILVA et al., 2014).

Segundo Barros et al., (2017), de quinze em quinze segundos, há a possibilidade de um trabalhador morrer, de fatores decorrente a acidentes ou doenças relacionadas com o trabalho e cerca de 115 trabalhadores em diversas áreas, sofrem um acidente laboral.

Ha âmbito nacional, um grande número de acidentes entre profissionais da área da saúde são registrados, em especial aos colaboradores de

enfermagem, haja vista, o elevado número de ocorrência, que corroborou para despertar a atenção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que inseriu uma Norma Regulamentadora 32 (NR-32), no ano de 2005, a qual dispõe sobre Segurança e Saúde no Trabalho no campo da saúde (FIGUEIREDO, 2006; ZENKNER, 2006 CARVALHO, 2010).

Para Marziale et al., (2012), esta norma estabelece diretrizes básicas na implementação de medidas de proteção, e corroboram na eficácia da segurança da saúde dos colaboradores que atual em ambiente hospitalar.

Esta norma versa estratégias, especificamente para os trabalhadores da saúde, abarcando a categoria de enfermagem, haja vista, que estes se encontram expostos a diversos riscos em seu ambiente de trabalho, para tal, a normativa evidencia o combate aos riscos: biológicos (Ex: fungos, bactérias), físicos (Ex: radiações, ruídos, iluminação), químicos (Ex: manuseio de substancias químicas) e ergonômicos

(Ex: postura inadequada, movimentação de pacientes, flexões de coluna frequentes devido às camas baixas dos pacientes) (SARQUIS, 2004; BARROS, et al., 2017).

Há outras normativas com o intuito de prevenção de riscos aos trabalhadores, Norma Regulamentadora 6 (NR 6), da Portaria no 3.214/78, que apresenta o Equipamento de Proteção Individual (EPI), que é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção de riscos suscetíveis que por virtude venha ameaçar a segurança e a saúde do colaborador (TERRIBILE, 2012; SILVA, et al., 2014).

De acordo com Simão et al., (2010), os EPI's fazem parte da prática profissional de enfermagem, entre eles: máscaras para proteção respiratória; óculos para amparar os olhos contra impactos, radiações e substâncias; avental ou capote descartável e gorro para evitar aspensão de partículas dos cabelos e do couro cabeludo; luvas para proteger contra riscos biológicos e físicos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regula a Precaução Padrão (PP), medida de proteção adotada pelos profissionais de saúde, como: higienize as mãos antes e após o contato com o paciente, use óculos, máscara cirúrgica e/ou avental quando houver risco de contato de sangue ou secreções e descartar adequadamente os perfuro cortantes. Para tal, a PP deve se utilizada a todos os pacientes, independentemente de suspeita ou não de infecções serem confirmadas (SILVA et al., 2012; BOEIRA, et al., 2016; BARROS, et al., 2017).

Os riscos são inerentes ao trabalho em saúde, em particular, para a equipe de enfermagem, devido à abrangência da sua atuação, e porque se trata de uma categoria profissional que está presente em todos os níveis da atenção à saúde. E em cada um desses níveis (atenção primária, secundária ou terciária), ela está em contato direto com os pacientes (ZENKNER, 2006; CARVALHO, 2010; VIEIRA, et al., 2015).

Portanto, normas adequadas na prática em enfermagem, no manusear materiais potencialmente infectantes e contaminados com agentes biológicos, além de estabelecer que os profissionais devam estar sempre atentos a realização das tarefas, ao cumprimento das PP, ao uso de (EPI) e o descarte adequado perfuro cortante (TEIXEIRA e VALLE, 2010).

As suas ações são influenciadas pelas variáveis sócias políticas, preparado para mudanças ao surgimento de problemas complexos. Dessa forma, faz-se necessário compreender a os fatores de riscos da não adesão de segurança no processo de trabalho, o que permitirá ao enfermeiro cumprir redefinições da prática dos serviços de saúde bem como na formação acadêmica (SILVA, et al., 2014; VIEIRA, et al., 2015).

Diante do exposto esta revisão pretende como objetivo identificar os fatores de resistência na utilização dos (EPI) na enfermagem, e para tal, respondendo o questionamento: quais perspectivas a cerca da segurança dos trabalhadores da saúde na adesão aos equipamentos de proteção individual?

2. MÉTODOS

Optou-se pela revisão bibliográfica de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa objetiva desvendar, recolher e analisar principais contribuições teóricas sobre um determinado fato, recurso importante da prática baseada em evidências em saúde, que consiste em uma forma de síntese dos resultados de pesquisas relacionados com um problema específico (GALVÃO, et al., 2004; NASCIMENTO, TEIXEIRA, 2012).

Realizou-se a busca de estudos em periódicos nacionais publicados entre os anos 2004 e 2017, na base de dados da Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde (LILACS), e na Scientific Electronic Library Online (SciELO). Todavia, dados sobre o assunto são escassos, nas dimensões propostas deste estudo, utilizou-se o buscador Google acadêmico para acessar publicações. Para tanto, utilizaram-se os descritores: Saúde do trabalhador. Equipamento de Proteção Individual (EPI). Riscos Ocupacionais. NRs. Conforme Descritores em Ciências da Saúde (DECS, 2015).

O recorte temporal do estudo é justificado por possibilitar o acesso aos dados de recentes investigações e de relevância. Após a seleção primária dos artigos, foram analisados os títulos e resumos, levando-se em conta os critérios de inclusão: artigos, teses e dissertações, escritos em português e gratuitamente online, publicados nos últimos sete anos; indexados nos bancos de dados selecionados. Contudo, alguns artigos não foram incluídos, devido à duplicidade encontrada nas diferentes bases consultadas. Dessa forma, na

última fase de seleção, realizada a leitura integral de todos os artigos, a amostra final foi constituída por dezesseis artigos completos.

Os artigos receberam leitura exploratória e analítica, com a finalidade de identificar a validade do documento para o presente trabalho; em seguida, resumido as informações sobre o objeto de estudo para posteriormente, receberem uma leitura de característica interpretativa, com o problema proposto, foram considerados aspectos qualitativos, focando a perspectivas acerca da segurança dos trabalhadores da saúde na adesão aos equipamentos de proteção individual para discussões sobre a temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A biossegurança no trabalho em saúde: normas regulamentadoras

A adesão em sua magnitude das normas de biossegurança como é referenciada, é fundamental para a proteção dos colaboradores em qualquer que seja a área de atuação. Neste contexto, com as normas é possível prevenir a transmissão de várias doenças/patologias durante a prática das atividades profissionais (VIEIRA, et al., 2015).

Os achados obtidos através da pesquisa apontam uma produção atual reduzida, nas dimensões proposta desta temática, para adesão aos equipamentos de proteção individual, em linhas gerais ressaltaram-se trabalhos científicos voltados a eixos fundamentais; saúde do trabalhador; equipamento de proteção individual (EPI); biossegurança; riscos ocupacionais (ZENKNER, 2006; CARVALHO, 2010).

No que tange a biossegurança no trabalho em saúde, evidenciou-se, que a âmbito nacional, é assegurada pela Norma Regulamentadora Nº 32 (NR 32), norma que recomenda medidas e adoção de comportamento preventivo, objetivando promover a segurança do colaborador em ambiente de saúde, exemplificando, o uso do EPI (TEIXEIRA e VALLE, 2010).

Conforme a NR 32, o uso de EPI é obrigatório em todos os procedimentos desenvolvidos e eles devem ser disponibilizados pelo empregador, portanto, cabe ao profissional aderir ao uso, e atentar para a proteção dos pacientes, usando o EPI corretamente ou exigindo-o, caso não esteja disponível (VIEIRA, et al., 2015).

Concernindo com o exposto supracitado Rieth et al., (2014) aponta a utilização de maneira adequada do EPI, não elimina os riscos aos qual o profissional da saúde tenha em virtude de estarem expostos, entretanto, reduz a possibilidade de ocorrerem, acidentes e infecções, a não utilização expõe o profissional às doenças e às suas respectivas complicações.

Contudo, adesão ao uso, com atitudes proativas por parte de cada colaborador, prevenindo acidentes e buscando a proteção do paciente, dos colegas de equipe e de si próprio, é de extrema importância. Para isto, é necessário que a confiança na rotina de trabalho, na sua integral internalização e o domínio da técnica não banalizem os riscos existentes na prática do profissional de saúde (MARZIALE et al., 2012).

Para tal, identificou se ainda, apontamentos direcionados para a importância dos colaboradores de enfermagem para com a

utilização de (EPI's), pois uma das perspectivas evidenciadas é a redução de riscos permanentes de exposições a doenças transmissíveis, principalmente, envolvendo sangue e/ou líquido corporais, com a adequada proteção (SILVA, et al., 2014).

De acordo com Rieth et al., (2014) responsabilidade sobre o controle dos riscos é do colaborador em relação ao paciente, que os entende e conhecem os mecanismos de controle de disseminação das doenças sendo este reforçado pelo Programa Nacional de Segurança do Paciente, Portaria Nº 529, de 1º de abril de 2013, na perspectiva de proteger o usuário no serviço de saúde.

Para Moura (2004), acidente com maiores proporções podem ser evitados com uso de (EPI), que constitui uma barreira protetora para o trabalhador, pois reduz efetivamente (embora não elimine) os riscos.

Sendo assim, torna-se fundamental que todos os trabalhadores envolvidos em atividades que tenham algum elemento que represente um tipo de ameaça à sua saúde sejam capacitados e treinados de forma tal que compreendam a importância do uso de medidas de proteção e segurança (RIETH, et al., 2014).

3.2 A saúde do trabalhador da enfermagem e sua vulnerabilidade.

Para Marziale et al., (2012), a exposição ao risco biológico pode corroborar, para problemas de saúde aos colaboradores, pois ao executarem as atividades que envolvem o cuidado direto e indireto, encontram-se frequentemente expostos às infecções transmitidas por

microorganismos presentes no sangue ou em outros fluídos, que é aspecto decorrente aos profissionais do setor de saúde.

Observou-se, que ainda há necessidade freqüente de realizar procedimentos invasivos, pelos profissionais, desta forma corroborando com as precauções padronizadas pelo Ministério da Saúde (MS), visando minimizá-los (FIGUEIREDO, 2006; RIETH et al., 2014; BOEIRA, et al., 2016).

Para Moura (2004) e Souza (2015), o uso de EPI's aderido a todos os colaboradores da saúde envolvida na assistência direta a pacientes em instituições de saúde, independente da patologia, inicialmente suspeita ou diagnosticada, é um ato de própria proteção quanto a agentes infecciosos e biológicos.

Percebeu-se que risco ocupacional, para os trabalhadores da saúde e uma temática recorrente, com enfoque para HIV, HBV e HCV (vírus da imunodeficiência humana, vírus da hepatite B e vírus da hepatite C, respectivamente). Entretanto, os registros dos acidentes com material biológico ocorridos nas unidades de saúde não retratam a real situação, levando em conta o papel da educação continuada em ações multiprofissionais (ZENKNER, 2006).

Os riscos biológicos amplamente distribuídos na estrutura de um ambiente hospitalar, sofrendo variações aos contatos mais intensos, envolve tarefas de higiene, administração de medicamentos, manuseio e preparo de instrumentos cirúrgicos, manejo de excreções contaminadas dentre outras, situações estas que torna o trabalhador vulnerável (MARZIALE et al. 2012).

Nesse contexto, torna-se essencial para o bem estar à saúde do trabalhador, adotar medidas de proteção e barreira no caso de exposições de pele e mucosas ao sangue ou outros líquidos corporais (TONINI, 2013).

Entretanto colaboradores da saúde consideram que sua utilização prejudica o desenvolvimento das atividades profissionais. Deste modo, a adequação destes EPI's deve levar em consideração, não somente a eficiência necessária ao controle do risco de exposição, mas, também, o conforto oferecido; se ha desconforto no uso do equipamento, existe maior possibilidade do profissional deixar de incorporá-lo no uso rotineiro (CARVALHO, 2010; BARROS, et al., 2017).

Desta forma ainda há situação que ocorre, mas não e registrada, ou pelo descaso com o assunto, ou pela falta de interesse dos próprios trabalhadores, o registro de acidente de trabalhos. Outros itens considerados motivos para a resistência seriam a falta de material, desconforto, esquecimento e incomodo de fazer uso de alguns materiais, como luva, óculos e mascaras (BARROS, et al., 2017).

3.3 Fatores para a não adesão de proteção na pratica da enfermagem

Fatores motivadores da resistência ao uso evidenciado nesta revisão, mencionar o estresse, síndrome de burnout e a sobrecarga de trabalho, como fatores de não adesão ao uso de equipamento de proteção (FERREIRA, et al., 2016).

Segundo a Norma Regulamentadora (NR-6), EPI é todo dispositivo de uso individual

destinado a proteger a saúde e integridade física do trabalhador, incluindo luvas, aventais, protetores ocular, facial e auriculares protetores respiratórios e para os membros superiores. São de responsabilidade do empregador o fornecimento do EPI adequado ao risco e o treinamento dos trabalhadores quanto à forma correta de utilização e conservação, e de obrigação do funcionário sua utilização durante o período de trabalho, essa dicotomia evidencia-se como fator (TERRIBILE, 2012; SILVA, et al., 2014).

Tonini, (2013), demonstra em seu estudo que hábito e costume são principal responsável pela resistência destes colaboradores em fazerem uso dos equipamentos de proteção em ambiente hospitalar, e evidencia o setor de emergência como um dos principais em nível, local, com maiores números de fatores de autocontaminação.

Motivos apontados que levam a resistência do uso do EPI é o desconhecimento dos riscos que levam ao não uso deles e ausência de informação, de como se usar devidamente os equipamentos de proteção (SILVA, et al., 2014).

Em suma fatores de não adesão identificados foram: Hábito; Costume; Confiança Falta de informação; Percepção; Interesse Indisponibilidade e inadequação, Pressa Falta de EPI no tamanho adequado; Incomodo para determinados procedimentos; Arelado ao esquecimento da utilização de medidas de proteção; entre outros acima supracitados, que só corrobora para a ausência do dispositivo de segurança de saúde do trabalhador (ZENKNER,

2006; CARVALHO, 2010; VIEIRA, et al., 2015).

Para Souza, (2015), a necessidade de adesão aos EPI's, é evidenciada nesta revisão e que sua adesão trará segurança mutua para o profissional e o paciente, diminuindo os riscos ocupacionais existentes em ambiente de saúde.

A vulnerabilidade da equipe de enfermagem nos conduz a refletir que a exposição ao risco biológico pode ser explicada por formar um contingente mais numeroso da força de trabalho em saúde, com formação técnica muito heterogênea, nem sempre contemplada na divisão do trabalho (VARANDAS, 2014; SILVA, et al., 2014; BOEIRA, et al., 2016).

No entanto, a percepção possibilita ao indivíduo formar idéias, adquirir conhecimento por meio dos sentidos, porém muitas vezes, este conhecimento por si só não é suficiente para a tomada de condutas corretas (TONINI, 2013).

Para isto, vê-se como fundamental um enfermeiro com liderança em sua equipe para conscientizá-los da importância do seu uso de todos os EPI durante a atividade de trabalho, evitando que esta atividade seja negligenciada por motivos diversos (SILVA et al., 2012; BOEIRA, et al., 2016; BARROS, et al., 2017).

4. CONCLUSÃO

A reflexão acerca da adoção de normas de biossegurança é fundamental para a proteção dos trabalhadores em qualquer que seja a área de atuação, estimulando a compreensão ao profissional da enfermagem propostos e arquitetados como objetivos foram alcançados, e

resultados desta investigação apresentam relevância social, profissional e acadêmica.

Os estudos evidenciam que os fatores que levam os profissionais da enfermagem resistir ao uso dos EPI's são: Hábita; Costume; Confiança Falta de informação; Percepção; Interesse Indisponibilidade e inadequação, Pressa Falta de EPI no tamanho adequado; Incomodo para determinados procedimentos; Atrrelado ao esquecimento da utilização de medidas de proteção; entre outros. Vale ressaltar a importância da orientação desses profissionais, quanto ao uso de EPI's, tornando-se necessário refletir sobre as orientações mais frequentes, e que trabalhadores com conhecimento e orientação irão superar as barreiras contra a resistência.

Uma vez que os profissionais de enfermagem prestam cuidados diretos a pessoas, possivelmente, portadoras e transmissoras de algumas doenças, devido ao manuseio de materiais perfuro cortantes, fluidos corporais e sangue, é imprescindível o uso de EPI em todos os momentos da sua atuação no âmbito de saúde.

A adesão ao uso de EPI ainda é negligenciada pelos profissionais de enfermagem devido à falta de percepção quanto aos riscos ocupacionais existentes e da susceptibilidade a estes durante o exercício da profissão.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Jéssica et al. A enfermagem e a resistência ao uso dos equipamentos de proteção individual. Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT-ALAGOAS, v. 3, n. 3, p. 189, 2017.
- BOEIRA, Elisângela et al. O ensino das medidas de prevenção e controle de infecções para a segurança do paciente em cursos de graduação em enfermagem. CIAIQ2016, v. 2, 2016.
- CARVALHO, Juliana Ferreira; CHAVES, Lucieli Dias Pedreschi. Supervisão de enfermagem no uso de equipamento de proteção individual em um hospital geral. Cogitare Enfermagem, v. 15, n. 3, 2010
- FERREIRA, Wellington et al. A Síndrome de Burnout em um hospital militar e sua inter-relação com a enfermagem. Ciência & Desenvolvimento-Revista Eletrônica da FAINOR, v. 9, n. 2, 2016.
- FIGUEIREDO, Maria Tereza Sanches. Indicadores do Programa de Prevenção dos Riscos Biológicos: abordagem da educação para promover a saúde ocupacional-um estudo num hospital de ensino. 2006. Tese de Doutorado. <http://www.teses.ufc.br>.
- GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática. Rev Latino-am enfermagem, v. 12, n. 3, p. 549-56, 2004. Janeiro, mar. 2012.
- MARZIALE, Maria helena Palucci; GALON, Tanyse; SOUZA, Wecksley Leonardo MELO, Dulcelene et al. Compreensão sobre precauções padrão pelos enfermeiros de um hospital público de Goiânia-GO. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 14, n. 5, p. 720-727, 2006.
- MOURA, Josely Pinto de. A adesão dos profissionais de enfermagem às precauções de isolamento na assistência aos portadores de microrganismos multirresistentes. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- NASCIMENTO, Estelina Souto; TEIXEIRA, Virgínia Mascarenhas Nascimento. Redação técnico-científica e pesquisa bibliográfica: algumas reflexões. Enfermagem Revista, v. 15, n. 2, p. 213-228, 2012.
- ORGANIZACAO Internacional do Trabalho OIT. Disponivelem:<<http://www.oitbrasil.org.br/document>>. Acesso em: 30 mar. 2016.
- RIETH, Giovani Henrique. et al. Uso de equipamentos de protecao individual pela enfermagem em uma unidade de emergencia hospitalar. REUOL. Revista de Enfermagem, UFPE, 2014.

SARQUIS, Leila Maria Mansano et al. Uma reflexão sobre a saúde do trabalhador de enfermagem e os avanços da legislação trabalhista. *Cogitare Enfermagem*, v. 9, n. 1, 2004

SILVA, Gláucia Sarmiento da. et al. Conhecimento e utilização de medidas de, Luis Carlos de Paula et al. A NR-32 para os profissionais da estratégia saúde da família. 2014.

SIMÃO, Suzana de Almeida Fráguas et al. Acidentes de trabalho com material perfurocortante envolvendo profissionais de enfermagem de unidade de emergência hospitalar. *Rev. enferm. UERJ*, v. 18, n. 3, p. 400-4, 2010.

SOUZA, Leonardo Passeri de. Os desafios na prevenção e controle de infecção hospitalar a âmbito institucional: uma discussão a partir da análise do cenário de uma instituição de saúde brasileira. 2015.

TEIXEIRA, Pedro; VALLE, Silvio. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2010.

TERRIBILE, Daniele Regina. Direito à saúde, meio ambiente de trabalho e transformação social. 2012.

TONINI, Tanise Finamor Ferreira. O controle de infecção hospitalar em unidade de terapia intensiva: percepção de enfermeiros. Santa Maria, 2013.

VARANDAS, Lilian Fonseca da Costa Lessa. Facilitadores e dificultadores do retorno ao trabalho dos segurados reabilitados pelo Programa de Reabilitação Profissional do INSS. 2014.

VIEIRA, Alcivan Nunes et al. Uso dos equipamentos de proteção individual por profissionais de enfermagem na atenção primária à saúde. *Revista de enfermagem UFPE on line-*

ISSN: 1981-8963, v. 9, n. 10, p. 1376-3183, 2015.

ZENKNER, Clacir de Lourdes Londero. Proposta de gestão de riscos para o controle de infecção, a partir do diagnóstico de biossegurança, nas clínicas do curso de odontologia da ufsm. Rio grande do sul: universidade federal de santa maria, 2006.

Wellington Fernando da Silva Ferreira

Enfermeiro, Especialista em Saúde do Idoso e Gerontologia.

Elia Machado de Oliveira

Enfermeira, Mestre em Cirurgia; Especialista em Assistência de Enfermagem ao Paciente em Estado Crítico, Especialista em Comunicação Organizacional, Especialista em Auditoria de Serviços de Saúde.
